

## Revista de Antropología Experimental

nº 6, 2006. Texto 15: 221-234.

Universidad de Jaén (España)

ISSN: 1578-4282

ISSN (cd-rom): 1695-9884

Deposito legal: J-154-2003

[www.ujaen.es/huesped/rae](http://www.ujaen.es/huesped/rae)

# POPULAÇÕES INDÍGENAS E OCIDENTALIZAÇÃO NO SERTÃO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO ESTADO DO BRASIL

**Helder Alexandre Medeiros de Macedo**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

[heldermacedo@katatudo.com.br](mailto:heldermacedo@katatudo.com.br)

**Resumen:** Este artículo examina, en carácter introductorio, algunas de las consecuencias del proceso de colonización en el Hinterland del Capitania do Rio Grande e las poblaciones aborígenes que habitaron allí. Parte de estimada del colonización como conquista de las almas, de los cuerpos y de los territorios emprendidos por los imperios coloniales ibéricos del siglo XVI adentro a continuación –según lo valorado para Serge Gruzinski–, que dio lugar a la transformación de los diversos territorialities de ser natural capaz en territorialities de la energía colonial.

**Abstract:** This article examines, in introductory character, some of the consequences of the process of Westernization on the hinterland of the Capitania do Rio Grande e the aboriginal populations that inhabited there. Part of the estimated one of the Westernization as conquest of the souls, the bodies and the territories undertaken by the Iberian colonial empires of century XVI in ahead –as appraised for Serge Gruzinski–, that it resulted in the transformation of the different territorialities of being able native in territorialities of the colonial power.

**Palabras clave:** Mestization. Colonización. Capitania do Rio Grande. Território. Seridó.  
Mestization. Westernization. Capitania do Rio Grande. Territorialities. Seridó.

O objetivo deste artigo é o de levantar discussões a respeito de uma questão crucial para que possamos compreender como se deu o processo de colonização da hinterlândia do atual estado do Rio Grande do Norte: a das transformações que o Ocidente<sup>1</sup> provocou nesse espaço e nas populações autóctones que aí habitavam. Esse esquadrinhamento, que tenta enxergar as modificações causadas pelo Ocidente –no espaço e na população nativa– passa, assim, diferentes processos de territorialização ocorridos no sertão<sup>2</sup> da Capitania do Rio Grande e que emergem dos discursos coloniais no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, sobretudo. Nossa tentativa, aqui, é a de perseguir esses processos no tempo, localizando-os espacialmente e de sugerir suas contribuições para a constituição do território hoje conhecido como *Seridó*.

Por estarmos tratando de situações coloniais que foram produzidas no contexto do contato entre europeus e nativos, partimos da noção de que uma base territorial fixa atribuída a uma sociedade nesse plano se constitui em ponto fulcral para que apreendamos as mudanças pelas quais essa mesma sociedade passa, que afetam, por conseguinte, o funcionamento de suas instituições e a significação de suas manifestações culturais. Estamos nos referindo, particularmente, aos povos indígenas e assim, concordamos com a noção de *territorialização* defendida pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, entendida como

um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.<sup>3</sup>

Reorganização social que se dá tanto para os indígenas, imersos nas malhas do sistema colonial que, com o avanço da colonização pelo sertão<sup>4</sup>, pouco a pouco vão sendo costuradas a antigos referenciais geográficos e culturais nativos. Bem como para os colonizadores, que vêm-se obrigados a lançar mão de estratégias de (re)adaptação ao novo mundo em que foram lançados. Uma dessas estratégias, senão a mais brutal e palpável pela leitura dos documentos coloniais, é a do esvaziamento demográfico dos territórios ocupados pelos índios, para que em seu lugar novos territórios fossem construídos à medida que a Ocidentalização alastrava-se pelo interior.

Num primeiro momento efetuaremos uma discussão a respeito das relações entre Oriente e Ocidente, da difusão da cultura ocidental na América para, em seguida, tratarmos especificamente quais os reflexos deste último processo na América Portuguesa e, em particular, no sertão do Rio Grande, produzindo e sobrepondo diferentes territorialidades de poder.

<sup>1</sup> A partir de agora estaremos utilizando o termo *Ocidente* e seus derivados (ocidental, ocidentalização) tomado no seu sentido cultural.

<sup>2</sup> O termo *sertão* foi sendo construído, desde os cronistas coloniais, para designar os espaços afastados do litoral, continentais, portanto e povoados de selvagens, em oposição ao litoral açucareiro e barroco. Na opinião de SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *Nas solidões vastas e assustadoras*: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII (2003. p. 189), “A palavra *sertão* parece ser um termo oriundo de *desertão*, de *deserto*: Não o deserto físico, mas o espaço onde há um vazio de súditos da Coroa Portuguesa”. A partir de agora, entretanto, quando nos referirmos a *sertão do Rio Grande* estaremos nos reportando à porção centro-meridional do estado do Rio Grande do Norte, hoje conhecida como Sertão do Seridó, a qual, durante o Período Colonial, fazia parte do território da antiga Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. (2004. p. 22).

<sup>4</sup> Sobre a conquista do sertão dos territórios hoje agrupados sob a denominação *Nordeste*, verificar ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*, p. 113-68.

## Oriente, Ocidente

11 de setembro de 2001, um dia que ficou na história. Horrorizados, os países (ocidentais) acompanham via televisão e internet, sobretudo, os atentados terroristas contra as torres gêmeas do World Trade Center em Nova York e contra o Pentágono, em Washington. Por debaixo dos destroços e das mais de três mil vidas tiradas quando o avião suicida se chocou contra as torres gêmeas, num plano arquitetado pela rede terrorista Al Qaeda, repousam mais que implicações de ordem geopolítica entre os Estados Unidos e o Islã: trata-se de uma *guerra de civilização*, de um embate entre o *Oriente e o Ocidente*. Foi com esses termos que a rede televisiva CNN – e as demais televisões hegemônicas nos países europeus e americanos, principalmente – noticiou e engendrou um verdadeiro esquema *discursivo* dando conta: a) do perigo por que passava o Ocidente face aos ataques de organizações que trabalhavam tendo como égide o uso sistemático da violência e do terror, a exemplo da Al Qaeda, capitaneada por Osama Bin Laden; b) da necessidade que os países ocidentais tinham de se irmanarem em torno dos Estados Unidos da América, nação tida como a que deveria representar a civilização<sup>5</sup> ocidental, numa cruzada contra o Oriente terrorista; c) da consciência – a ser (re)afirmada – de que o mundo ocidental era superior em poderio bélico, tecnológico e inteligência, frente ao Oriente Médio.

Recentemente, em 2003, um consórcio entre o Reino Unido e Estados Unidos, mesmo sem a autorização expressa do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), invadiu o Iraque. O motivo: a acusação de que Saddam Hussein, líder autoritário do Iraque, estaria acumulando armas de destruição em massa, fugindo aos acordos internacionais de paz assinados no período pós-Guerra Irã-Iraque (anos 80) e Guerra do Golfo (anos 90). A invasão do território iraquiano inicia em março e obtém sua primeira vitória em abril, com a tomada e ocupação da capital, Bagdá, seguida da instalação de um governo de ocupação, que tinha como chefe o diplomata norte-americano Paul Bremer. Os conflitos entre os diversos grupos étnicos e religiosos do Iraque e as forças de ocupação se estenderiam no transcorrer do ano, culminando na captura e prisão do líder Saddam Hussein pelas tropas norte-americanas em dezembro de 2003. Novamente, a máquina televisiva da CNN centra esforços para (re)afirmar a supremacia do Ocidente através de notícias veiculadas em escala mundial. Supremacia que leva em conta um *choque de civilizações*. Particularmente com relação à série de notícias propagada no bojo da invasão e ocupação do Iraque, Edward Said pronunciou-se afirmando que

a idéia de choque de civilizações tem um aspecto caricatural muito nocivo, como se enormes entidades chamadas ‘Ocidente’ e ‘Islã’ estivessem num ringue, lutando para ver qual é a melhor. Essa imagem das civilizações exibindo seus músculos uma para a outra como Brutus e Popeye no desenho animado é de uma infantilidade atroz<sup>6</sup>.

A opinião do intelectual palestino nos encaminha para uma discussão a respeito da própria constituição dessas duas entidades que, a julgar pelos discursos construídos e veiculados pela mídia televisiva de escala global, se digladiam numa interminável batalha que opõe

<sup>5</sup> Estamos tomando *civilização* partindo da concepção discutida por BRAUDEL, Fernand. *O espaço e a história no Mediterrâneo*, p. 105-51, para quem as civilizações são realidades de longuíssima duração e solidamente enraizadas em seu espaço geográfico, constituindo-se em verdadeiros germes das futuras nações, entendendo esse processo como inscrito no âmbito da longa duração.

<sup>6</sup> SAID, Edward. Entrevista concedida ao jornalista Carlos Graieb sobre os planos de George Bush com relação ao Oriente Médio. *Veja*, 25 de jun. 2003. Verificar, para um melhor entendimento a respeito das práticas do Imperialismo e de sua relação com os diferentes padrões culturais envolvidos nas relações de dominação e subordinação, SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*.

civilização e barbárie, progresso e retrocesso, modernização e arcaísmo, Ocidente e Oriente. Caricaturas, parafraseando Edward Said, de discursos construídos e que dão visibilidade a relações de dominação global forjadas no âmbito da própria historicidade das duas *metades* do mundo, a *ocidental* e a *oriental*. Metades que não encontram seus desenhos tão perfeitos e cartesianos quanto o ocidente e o oriente divididos pelo Meridiano de Greenwich, mas, que existem na perspectiva discursiva e, porque não dizer, cultural. Assim, também necessitam de uma materialização física no espaço, para que possam ser percebidas, apreendidas e mesmo discutidas. Pensando na divisão continental do globo, em linhas gerais podemos relacionar o *Ocidente* à Europa e à América (após o final do século XV) e o *Oriente* à África, Ásia e Oceania. Lembramos, todavia, que trata-se apenas de uma materialização das idéias que formam discursivamente essas duas entidades –*Ocidente* e *Oriente*– para que possamos até mesmo pensar na sua existência no espaço físico.

Mas, afinal de contas, o que é o *Oriente*? Quais suas relações (discursivas) com o *Ocidente*? Essas são perguntas centrais que norteiam a obra do mesmo intelectual palestino que citamos há pouco quando comentávamos sua posição frente à política de George Bush em relação ao Oriente Médio. *Orientalismo*, título da obra de Edward Said, analisa essa temática de forma ampla e significativa, se constituindo em uma tentativa de encarar o *Oriente* pela visão de um oriental *ocidentalizado* –lembrando a situação do autor, que residiu durante boa parte de sua vida nos Estados Unidos–. Edward Said acredita que o século XVIII seja o lugar privilegiado para que as idéias sobre o Oriente viessem à tona e ganhassem nova roupagem sob o signo da filologia e de outras disciplinas do conhecimento. Essa (re)significação das idéias, imaginários e doutrinas orientais teve em Flaubert, Sacy e Renan nomes dignos de nota<sup>7</sup>.

Embora reconheça significados diversos no tempo para o termo Orientalismo, Edward Said não crê que *Oriente* possa designar apenas um lugar de romances, de exotismo, de memórias e paisagens obsessivas, de experiências notáveis, de um Egito imortalizado e de babilônios, sírios, fenícios e cretenses mitificados na literatura. Acima de tudo, trata-se de uma *invenção* do *Ocidente*, ou seja, de uma criação discursiva da Europa, com o objetivo de (re)afirmar: a) sua superioridade frente às regiões designadas como orientais, tidas como atrasadas e deslocadas no tempo e espaço; b) a identidade homogênea das populações europeias, diversa da dos povos não-europeus; c) a necessidade de definição de um determinado lugar através do reconhecimento da alteridade, isto é, do *Oriente*.

Assim, podemos definir o *Oriente*, indo além da mera amarração a critérios de ordem geográfica, como uma construção teórica ocidental, baseada em estereótipos reducionistas (o oriental é sensual, vicioso, tirânico, retrógrado e preguiçoso) para construir uma cultura homogênea passível de ser dominada, em nome de um Ocidente também idealizado. Diferentes experiências políticas de, pelo menos, três grandes potências, foram utilizadas como verdadeiros fios condutores dessa construção discursiva do Oriente, em várias épocas: inicialmente a Inglaterra e a França, no contexto da colonização (imperialista) da África e da Ásia e, posteriormente, já no século XX, os Estados Unidos. Foram os territórios intelectuais e imaginativos dessas nações que escreveram, produziram e construíram determinadas *versões* do *Oriente*, algumas das quais, ainda hoje, (re)correntes na televisão, no cinema e mesmo na literatura<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> SAID, Edward. Estruturas e reestruturas orientalistas. In: *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (1990. p. 121-205). O autor afirma, ainda, que quatro grandes correntes de pensamento determinam a presença do movimento de (re)estruturação do intelecto e das instituições orientais no século XVIII: a expansão geográfico-religiosa do Oriente; a capacidade de tratar historicamente com culturas não-europeias e não judeu-cristãs; solidariedade na identificação seletiva com regiões e culturas; as classificações da humanidade por critérios (cor, raça, origem, por exemplo) que não as de ordem religiosa.

<sup>8</sup> SAID, Edward. Introdução. In: *obra citada* (p. 13-39). Os dois exemplos que citamos no início desse texto partem, portanto, da experiência norte-americana de construção de determinadas idéias sobre o *Ocidente*.

Se o Oriente é uma invenção do Ocidente, o que dizer deste último? Quem inventou o Ocidente? Na falta de uma investigação mais profunda a respeito da constituição discursiva do Ocidente, partimos do pressuposto de que dois conjuntos de processos históricos são responsáveis pela formação do mundo ocidental, sem acreditar que eles estiveram separados e descontínuos no tempo e no espaço. O primeiro desses conjuntos diz respeito a acontecimentos de ordem cultural, política e econômica que, a princípio, tiveram como palco a Europa, alastrando-se por outros continentes. Dentre eles, podemos listar

o Renascimento, a “descoberta” e a anexação do Novo Mundo, a Reforma Religiosa e sua relação com o nascimento do capitalismo, as revoluções burguesas (Industrial e Francesa), o imperialismo e a expansão do capitalismo e, finalmente a guerra armamentista e o terrível poderio bélico acumulada pelas nações no século XX, em parte consequência das duas grandes guerras que assolaram o mundo<sup>9</sup>

Trata-se de acontecimentos, portanto, que representam mais de cinco séculos de historicidade, entre o Velho e o Novo Mundo, e que traduzem, através do ângulo da longa duração, relações de dominação da Europa para com outras partes do globo. Nessa dominação, chegamos mesmo a cruzar com os conflitos dos dias atuais –a exemplo dos que assolam o Oriente Médio, tido como região das mais conflituosas do planeta– envolvendo o armazenamento de armas de alto poder destrutivo, notadamente as nucleares. Esses processos, portanto, inscreveram a Europa –e, a partir do século XX, os Estados Unidos da América– como vetores de onde se partiam as idéias e determinações hegemônicas em se tratando de dominação e de subordinação.

O outro conjunto diz respeito a um amplo processo histórico inscrito em um dos eventos listados no rol anterior, o da *descoberta* e da anexação do Novo Mundo. Esse processo, motivado pelo ápice do Capitalismo Comercial, favorece a expansão da cultura ocidental por terras ainda não conhecidas (pelos europeus), em outras palavras, dá condições para que a *ocidentalização* aconteça. Nas terras situadas nas margens do Oceano Atlântico os europeus conheceram sociedades radicalmente diferentes das suas e, notadamente, com um grau tecnológico e cultural não semelhante. Essa diferença, convertida em inferioridade dos nativos das novas terras, se constituiu em uma das formas que levou o europeu a se encontrar na imagem do outro, quer dizer, a ver no seu contrário um espelho do que ele não é. Embora diferente, bárbaro, infiel, oposto aos valores da cultura cristã, com a anexação dos territórios pelo poder político das potências peninsulares –Portugal e Castela–, incontinentemente procedeu-se, também, à incorporação dos corpos e das almas dos indígenas, na tentativa de torná-los súditos dos reis (católicos) e do Supremo Pontífice de Roma. De forma que

através dos contatos com as sociedades indígenas, inicia-se o longo itinerário da descoberta do Outro. É como se, tendo forçado os limites do horizonte, o ocidental fosse encontrar o seu Outro, como se o olhar não tivesse outra saída a não ser o reflexo de si mesmo no Outro: o ocidental começa a tornar-se consciente no contato com um novo mundo exterior. As sociedades indígenas revelaram para o Ocidente o seu lado oculto que ele ignorava<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> ANDRADE, Joel Carlos de Souza; ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. Do Paraíso às Chamas, das Chamas ao Paraíso (2004). *Mneme, Revista de Humanidades*, n. 10, v. 5, abr./jun. 2004, Dossiê História Cultural. Disponível em <<http://www.seol.com.br/mneme>>. Acesso em 03 de jan. 2005. p. 2.

<sup>10</sup> NOVAES, Adauto. A outra margem do Ocidente. In: \_\_\_\_\_. (org.). *A outra margem do Ocidente* (1999. p. 8). Os outros textos dessa coletânea problematizam, por meio de diferentes óticas, o processo de reconhecimento de uma outra alteridade a ser incorporada ao Ocidente a partir da *descoberta* da América.



Desse modo, podemos inferir que o processo de reconhecimento e construção do Ocidente se dá tanto por eventos desencadeados a partir da Europa e que concorrem para o fortalecimento de sua hegemonia como pela própria relação de *descoberta*<sup>11</sup> feita nas terras situadas na outra margem do Atlântico, de povos autóctones até então ignorados e que se fazia necessário conduzir para a grei cristã –em outras palavras, ocidentalizá-los–. É, pois, na passagem do século XV para o XVI que encontramos a plenitude do Ocidente, à medida em que a cultura ocidental se alastra por outras partes do globo –sobretudo na América– e destrói territórios nativos para, em cima de seus escombros, fundar novas territorialidades, semelhantes (em tese) às deixadas no Velho Mundo.

## Ocidentalização

Mortes, fugas, escravização, esses são apenas alguns dos acontecimentos que caracterizaram o processo de Ocidentalização na América, notadamente o “desaparecimento” dos povos autóctones que habitavam nesse continente há milênios. Desaparecimento que se manifestou através da violência expressa, exploração do trabalho indígena, guerras de conquista, aculturação<sup>12</sup>, grandes fomes, hecatombes<sup>13</sup> e fugas para novas regiões<sup>14</sup>. E, também, da imposição de quadros e modos de vida da Europa Ocidental, sobretudo da Península Ibérica, elaborados durante séculos.

Estabelecidos na América, os europeus dedicaram-se com afincos na árdua tarefa de edificar réplicas da sociedade que haviam deixado do outro lado do Oceano Atlântico. Desejavam transmigrar o mundo ibérico, com suas instituições e imaginários, como se fossem duplicar o Velho Mundo dos lusos e dos castelhanos –cuja centralização política precoce favoreceu ambos os reinos a lançarem-se aos mares– nas terras “descobertas” após 1492<sup>15</sup>. A Ocidentalização corresponde, portanto, ao movimento de difusão da cultura ocidental nas colônias dos Impérios Ultramarinos –em outras palavras, à conquista das almas, dos corpos e dos territórios do Novo Mundo–. Esse movimento de Ocidentalização<sup>16</sup>, levado à frente

<sup>11</sup> A chegada dos europeus às terras situadas além Atlântico vem sendo tratada de forma diferenciada (entre aspas, ou em itálico) nesse texto, por acreditarmos, junto com O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*, que o *descobrimento* se trata de uma construção discursiva bem ao gosto da literatura europeia da transição entre os séculos XV e XVI.

<sup>12</sup> Estamos tomando o conceito de *aculturação* baseados na problematização de Nathan Wachtel, para quem esse fenômeno não merece ser encarado apenas como uma “evolução” das sociedades nativas em face do contato com os europeus, devendo ser visto como um movimento contínuo onde dominantes e dominados são levados a compartilhar (espontaneamente ou de forma imposta) dos valores culturais um do outro, levando à formação de sociedades extremamente complexas e mestiças, especificamente no caso da América da conquista. Conforme WACHTEL, Nathan. *A aculturação* (1988. p. 113-28).

<sup>13</sup> Os números do processo depopulativo na América são assustadores, embora as cifras exatas ainda sejam controversas. Manuela Carneiro da Cunha, citando Sapper (1924), Kroeber (1939), Rosenblat (1954), Steward (1949), Borah (1964), Dobyns (1966), Chaunu (1969) e Denevan (1976), atribui à faixa de 1 a 11 milhões a população apenas das terras baixas da atual América do Sul, enquanto que para toda a vastidão do continente os números iriam de 8 a 100 milhões de habitantes. Conforme CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma História Indígena* (1992. p. 14).

<sup>14</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Obra citada* (1992. p. 9-14).

<sup>15</sup> O conceito e a problemática da Ocidentalização estão sendo tomados, aqui, de GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço* (2001. p. 63-110). Sobre o reflexo da Ocidentalização na América Hispânica consultar, ainda, do mesmo autor, ‘Un tocotín mestizo de español y mexicano...’: mestizajes barrocos em la ciudad de México (2001. p. 205-15) e Entre monos y centauros: los indios pintores y la cultura del Renacimiento (2001. p. 191-204).

<sup>16</sup> Muito antes de Serge Gruzinski problematizar os reflexos da Ocidentalização e da mestiçagem cultural fruto desse amplo processo, no Brasil a temática dos intercursos culturais entre povos de diferentes origens já encontrara refúgio na obra do historiador Sergio Buarque de Holanda. Referimo-nos a *Caminhos e Fronteiras* (publicado em 1957), onde o autor discute a proposta de aculturação tanto dos indígenas quanto dos portugueses. Essa atitude de aculturação do europeu ocasionou-se, segundo Sergio Buarque de Holanda, devido ao meio hostil e

por castelhanos e posteriormente por portugueses, produz situações de choque e relações de poder entre os recém-chegados (os europeus) e os que se encontravam na terra firme (os nativos). Segue mais ou menos o mesmo padrão –o da imposição da cultura ocidental sobre os modos de vida e as cosmogonias nativas–, porém, cria especificidades dependendo da porção do continente que estava sendo ocupada, determinada pela linha de Tordesilhas, bem como do tipo de sociedade que habitava nessas terras.

Na porção das novas terras que pertenciam ao domínio de Castela, os colonizadores encontraram, a partir do século XVI e nas costas banhadas pelo Atlântico, grupos de caçadores vivendo em regime semi-nômade, entretanto, nas terras baixas alagadiças, planaltos semi-áridos e vales férteis da Mesoamérica encontraram sociedades com alto grau de desenvolvimento, centralização político-administrativa, grandes centros urbanos, notáveis realizações no campo das artes e a coexistência de formas comunitárias de produção e de propriedade da terra pelo Estado. Sociedades com características similares também foram encontradas na área da Cordilheira dos Andes, num altiplano com altitudes acima de 2.500 metros, densas florestas e costas áridas<sup>17</sup>. No processo de conquista da América hispânica, povos como os mexica, os liderados por Inca, os asteca, os mixteca e os tlaxcaltecas tiveram seus mundos derrubados e abalados por catástrofes demográficas, perda das suas referências de mundo, descontextualizações espaciais e imposição de um novo padrão de escrita, o do alfabeto latino, em substituição ao uso anterior de pictografias e glifos. Resultados como estes, que caminhavam *pari passu* à destruição dos templos autóctones e edificação de igrejas e mosteiros cristãos –que se tornariam lugares privilegiados das cidades e da difusão da cultura ocidental–, poderiam significar o total arrasamento dos mundos nativos frente ao choque da conquista<sup>18</sup>.

Ao ocidentalizar as novas terras, os conquistadores desejavam, como afirmamos anteriormente, replicar o Velho Mundo na América e construir uma nova cristandade, da qual seriam fiéis e súditos reais os índios a serem convertidos. Esperava-se que esse movimento de imposição expurgasse o universo de pensamento e os saberes dos indígenas, mas, o que se observou, pelo menos nos idos dos séculos XVI em diante, foi que a Ocidentalização andou lado a lado com outro fenômeno, o da mestiçagem<sup>19</sup>.

### **(Re)Territorialização na América Portuguesa**

Façamos o périplo, agora, da América hispânica para as possessões portuguesas no Novo Mundo. Nesta parte do continente os lusos encontraram sociedades indígenas similares às encontradas pelos castelhanos nas costas do Atlântico, vivendo da caça e da coleta ou de uma incipiente agricultura de subsistência. De maneira genérica, os índios que habitavam a colônia portuguesa na América foram classificados em dois grandes grupos: o dos Tupi, que habitava o litoral e que falava línguas bastante aparentadas e o dos Tapuia, indômitos e selvagens guerreiros que vagavam pelo sertão, tidos, também, como verdadeiras muralhas

---

inseguro que fez com que os *marinheiros* (como eram chamadas as pessoas que vinham do Velho Mundo pelo mar) renunciassem a uma vida nobiliárquica e sedentária, assimilando os usos e costumes indígenas para sobreviver –o que acarretava um novo estilo de vida, mestiço, parte europeu, parte nativo–. Para um aprofundamento desse assunto, consultar HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*.

<sup>17</sup> Essas sociedades são conhecidas na bibliografia a respeito da História da América como *civilizações pré-colombianas* ou *altas culturas*, numa tentativa de comparação com as sociedades do Velho Mundo.

<sup>18</sup> Ver, a esse respeito, o relato do franciscano Bernardo de Sahagún, apelidado de Motolinía, que se apropria de chaves explicativas dos livros do Êxodo e Apocalipse para explicar tal situação. Citado por GRUZINSKI, Serge. *obra citada* (p. 63-70).

<sup>19</sup> Embora reconheça que o conceito de *mestiçagem* é prenhe de ambigüidades e incertezas, podendo ser dividido, grosso modo, em mestiçagem biológica e cultural, Serge Gruzinski utiliza o termo para apontar “as misturas que ocorreram em solo americano no século XVI entre seres humanos, imaginários e formas de vida, vindos de quatro continentes –América, Europa, África e Ásia–”. GRUZINSKI, Serge. *obra citada* (p. 62).

à passagem do movimento de colonização. Essa percepção dicotômica a respeito dos índios gerou uma primeira territorialidade dos nativos, baseada no critério de localização geográfica e de maior ou menor adaptação ao sistema colonial.

A ocidentalização, na América Portuguesa, tomou rumos diferentes, vez que passou de uma fase de aproveitamento do contingente autóctone enquanto mão-de-obra escrava para outra em que esse mesmo contingente sofreu um duplo processo de aculturação, haja vista sua não adaptação ao trabalho servil: os índios passaram a ser considerados *livres* (após 1570) e vassalos do Rei de Portugal, desde que se convertessem à fé católica romana. Os nativos que fizessem oposição a esse mister cairiam na malha jurídica colonial da América Portuguesa<sup>20</sup> e, através dos mecanismos do *resgate* e da *guerra justa*, poderiam ser escravizados ou mortos.

Refletindo a respeito da ocidentalização no sertão da América Portuguesa, sobretudo na Capitania do Rio Grande, nos questionamos a respeito da forma como o historiador potiguar Luís da Câmara Cascudo se referiu ao processo de aculturação dos indígenas que habitavam esse espaço na ocasião de chegada e instalação dos colonizadores. Desaparecimento misterioso, morte venenosa, dispersão, esmagamento, anulamento. Não é nosso propósito negar os morticínios e massacres cometidos pelos colonos contra os nativos no decurso dos séculos XVI, XVII e XVIII, considerando que até mesmo as crônicas de época e a documentação oficial remetem a esses eventos. Ora, a incompatibilidade da monocultura canaveira com a pecuária extensiva no litoral empurrava esta última atividade para o sertão e as frentes de expansão pastoril do século XVII, no entanto, encontraram um caminho difícil de ser trilhado, em que, além das terras ignotas e inóspitas, havia o obstáculo maior à instalação dos currais e fazendas de gado: os nativos. Face à movimentação dos curraleiros nas áreas sertanejas, utilizando-se dos leitos dos rios como vias de penetração, os indígenas passaram a demonstrar descontentamento com a utilização da terra para os fins previstos na empresa pecuarística. Saques às fazendas, destruição de currais e caixaras, morte do gado e, posteriormente, das pessoas envolvidas no seu trato, essas são algumas das atitudes deflagradas pelos índios em defesa da posse das terras onde habitavam.

Os conflitos entre brancos e índios apareceriam nos territórios das antigas capitanias que hoje equivalem ao leste do Maranhão, norte da Bahia e sertão do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba<sup>21</sup>. As disputas pela posse das terras do interior, que significavam o momento mais intenso do choque da conquista, logo chegariam aos ouvidos das autoridades coloniais sediadas em Salvador, e da Coroa, em Portugal, instituições que não medirão esforços para dar cabo dos “gentios bárbaros”, considerados, então, um entrave ao desfecho do processo de ocidentalização nas Capitanias do Norte<sup>22</sup>.

A principal das conseqüências das Guerras dos Bárbaros foi o extermínio em massa dos grupos indígenas envolvidos, tão ferozes e violentos foram os combates entre os nativos e as forças coloniais. Matavam com prioridade os homens, deixando livres, *a priori*, mulheres e crianças<sup>23</sup>. Alguns fugiram para outras capitanias, aproveitando-se de territórios onde o

<sup>20</sup> Neste texto estaremos utilizando a expressão *América Portuguesa* ao invés de Brasil Colonial, na esteira de Fernando Novais, considerando que se traduz impróprio o uso dessa última expressão para um período tão recuado no tempo e onde inexistiam sentimentos de identidade nacional. Conforme NOVAIS, Fernando. Condições da privacidade na Colônia (1997. p. 17).

<sup>21</sup> Conforme PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720* (1998).

<sup>22</sup> Capitanias do Norte, Estados do Norte, Norte. Era assim que o Nordeste (no sentido que lhe dá, hoje, o quadro político nacional proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE) era chamado nos tempos coloniais. O Nordeste como conhecemos hoje irá emergir entre o fim da década de 10 do século XX e os inícios dos anos 20 como uma construção das elites regionais, que o tornaram visível e dizível no panorama nacional. Conforme ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes* (1999).

<sup>23</sup> Conforme LOPES, Fátima Martins. *Missões Religiosas: Índios, Colonos e Missionários na colonização da*



mundo ibérico ainda não tinha desenhado seus contornos. Os que sobreviveram, fruto das pazes ditadas estabelecidas nos finais do século XVII foram aldeados em missões religiosas, acompanhadas e dirigidas por missionários católicos, as quais, para além de sua função catequética e doutrinária, contribuíam para a integração dos índios ao universo colonial.

O conhecimento de que dispomos sobre as Guerras dos Bárbaros nos remete a uma situação em que a maioria ou senão a totalidade dos índios do Norte teriam sido extintos com os combates movidos pelas frentes de expansão pecuarística entre os séculos XVII e XVIII. À primeira vista parece que esses índios foram extintos e alguns “remanescentes” integrados, cuja informação iremos encontrar seja nos relatos da historiografia, seja nos livros didáticos ou mesmo no senso comum.

Não podemos deixar de citar o contributo que os combates aludidos anteriormente tiveram para a extinção de diversas etnias no Norte colonial, cuja existência somente é mencionada por vagas menções de seus etnônimos nos documentos trocados entre os colonos e as autoridades régias quando do fastígio dos conflitos<sup>24</sup>. É durante o período dos conflitos na Capitania do Rio Grande que os índios já submetidos ao Cristianismo iam sendo *reduzidos* em aldeamentos sob a direção de missionários: Guajiru, Guaraíras, Mipibu, Igramació e Apodi foram as cinco missões de aldeamento responsáveis pelo acolhimento do contingente nativo “manso”, destinado a ser catequizado e instruído na fé católica e a ser disciplinado para o trabalho<sup>25</sup>. Esse movimento de “famílias de nativos de diferentes línguas e culturas” sendo atraídas (compulsoriamente) para os aldeamentos missionários corresponde a um momento de territorialização desses índios no espaço disciplinar e coercivo, até certo ponto, das missões<sup>26</sup>. Podemos falar, assim, de territorialidades que foram criadas pelas missões –seja de aldeamento, originárias de antigas aldeias tupi, seja de redução de grupos de “tapuia”– e que foram responsáveis, em grande parte, pela constituição das fronteiras dos atuais municípios de Extremoz, Ares, São José de Mipibu, Vila Flor, Apodi e Portalegre.

### Sertão do Rio Grande: O Ocidente cartografado pela Fé

Na porção centro-meridional da Capitania do Rio Grande, todavia, o processo de territorialização levado a cabo pelos colonizadores, na empreitada da propagação da cultura ocidental, tomaria a forma de outra instituição de origem ibérica, a freguesia. Processo esse que se consolida no século XVIII, tido por Câmara Cascudo como a “época do povoamento do interior norte-riograndense”<sup>27</sup>. Com essa afirmação o historiador sintetiza o período em que o sertão do Rio Grande, decorrido o processo depopulativo de grande parte dos nativos, passou a ser efetivamente ocupado pela população branca –e, por conseguinte, negra e mestiça–, impulsionada pela pecuária. Lado a lado aos colonos, aos currais e ao gado, a fé e a religiosidade também imprimiam seus sentidos nos caminhos de penetração da pastorícia nesse sertão, ocupando espaços outrora apadroados pelas divindades índias e demarcando territórios através da edificação de templos cristãos com oragos dedicados à Virgem Maria ou a santos do panteão católico romano.

É o caso da ereção de um templo em 1695 dedicado a Sant’Ana, padroeira dos pastores, nas proximidades do rio Seridó, que daria origem, no futuro, à cidade de Caicó. Mas, não foi apenas nessa ribeira que a cristandade se personificou por meio de uma crença. Também nas

---

Capitania do Rio Grande do Norte (1999. p. 123).

<sup>24</sup> Segundo o CIMI somente no Nordeste foram extintos 344 povos indígenas, dos quais 139 na Bahia, 49 no Piauí, 43 no Maranhão, 42 no Ceará, 30 em Pernambuco, 18 em Sergipe e Alagoas, 13 no Rio Grande do Norte e 10 na Paraíba. Conforme CIMI. *Outros 500: construindo uma nova história* (2001. p. 221-41).

<sup>25</sup> LOPES, Fátima Martins. *Obra citada*.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. p. 24-5.

<sup>27</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. (1984.p. 107).

Ribeiras do Piranhas e do Acauã, a crença num ente sagrado feminino daria a possibilidade para a construção de um templo e conseqüente surgimento de um povoado. Nossa Senhora dos Aflitos e Nossa Senhora da Guia seriam, respectivamente, as escolhidas, por meio do investimento que as populações dessas ribeiras fizeram, para que a crença se imortalizasse e um culto surgisse.

Seridó, Piranhas, Acauã. Uma dessas manchas populacionais, que pouco a pouco ia aumentando em termos demográficos, dada a antiguidade de seu templo, foi escolhida para sediar uma cartografia da fé. As autoridades coloniais, mormente as eclesiásticas, manifestaram preferência pela Povoação do Caicó para servir de sede para uma freguesia (terminologia colonial que designava a paróquia), que seria intitulada de *Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó* (criada em 1747 e instalada um ano depois), para cujo concurso contaram com a contigüidade dos espaços marcados pela pecuária nas Capitanias do Rio Grande e Paraíba. Trata-se de uma freguesia que foi desmembrada da de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (Paraíba), numa época onde a demarcação das capitanias era vaga e a vastidão do território reinava sobre a quantidade reduzida de ministros eclesiásticos, havendo interesse expresso da Igreja Católica acerca da racionalização dos seus domínios. Assim, o padre Manuel Machado Freire, “Visitador Geral dos sertões da parte do Norte”, estando no Piancó, desmembrou da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso uma nova freguesia, com título e invocação a “Santa Anna” em 15 de abril de 1748. Nascia, naquele momento, a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, com sede na Povoação do Caicó, cujos limites também foram deliberados pelo visitador. A forma como os contornos foram traçados pelo visitador demonstra que o sertão já tinha seus caminhos, rios, serras e vales parcialmente conhecidos. A demarcação feita por esse vigário quando visitou o Piancó, baseava-se no curso natural dos rios, agregando duas ribeiras: a das Espinharas, das suas nascentes até a foz —de onde uma linha imaginária era percorrida até atingir os limites da Freguesia de São João Batista do Açu e a “Ribeira do Seridó, suas vertentes e todas as mais que d’esta parte correm para o dito Rio de Piranhas”<sup>28</sup>—. Esse texto nos permite ter a visibilidade da “primeira delimitação do espaço que viria a ser conhecido como Seridó”, que não mais se representa apenas pelo curso d’água homônimo: “Agora, é uma malha de rios: Acauã, Seridó, Espinharas e Piranhas. Estende-se seu espaço de abrangência, um território que deveria acomodar um domínio institucional, um *locus* esquadrihado para que o poder se exerça”<sup>29</sup>.

A produção do território da Freguesia de Santa Ana, assim, deu-se numa época em que a pastorícia começou a exercer uma posição social e cultural na América Portuguesa, completando a obra da colonização<sup>30</sup>. O surgimento das freguesias no século XVIII, por conseguinte, acompanhava o ritmo do povoamento e o território que abrangiam possuía “uma forte homogeneidade econômica e social”<sup>31</sup>.

Do ponto de vista da população nativa, à medida que o sistema colonial se complexificava na Ribeira do Seridó, via implantação de determinadas cartografias de poder —dentre elas, a da freguesia—, o número de índios ia diminuindo nas estatísticas oficiais dos assentos. Isso não quer dizer que tenham desaparecido por completo, como ficou prescrito na histo-

<sup>28</sup> MONTEIRO, Eymard L’Eraistre. *Caicó: subsidios para a historia completa do municipio* (1945. p. 40).

<sup>29</sup> MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense* (2005. p. 67-8).

<sup>30</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l’Europe Atlantique, le Brésil et l’Amérique Latine*. Mélanges offerts à Frédéric Mauro, vol. XXXIV, Lisboa, Paris, dez.1995. p. 5.

<sup>31</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & LINHARES, Maria Yedda L. Região e história agrária. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 17-26. especialmente a p. 4.

riografia regional. Penetrando nas folhas do livro de assento de enterros mais antigos da freguesia, que vai de 1788 a 1811, constatamos que 2,5%, em números redondos, de um total de 976 defuntos falecidos no período, era composto de índios. Número diminuto em relação aos demais grupos sociais que habitavam a freguesia, o que indica que não podemos fechar os olhos à crueldade dos massacres cometidos contra os grupos indígenas durante a resistência dos séculos XVII e XVIII. Essa mesma cifra nos mostra que os nativos não foram totalmente nulificados, convivendo com brancos, negros e mestiços durante o Setecentos e primeiras décadas do século XIX, seja nas fazendas de gado, seja nas manchas urbanas que paulatinamente surgiam no sertão.

A partir de 1788 o território da Freguesia do Seridó passaria por diversas fragmentações, quando perdeu certas partes de seus domínios territoriais devido à criação de novas freguesias. Situação que se sucederia tendo em vista uma questão de ordem crucial: “um território demasiadamente extenso para o eficiente desempenho dos serviços religiosos”<sup>32</sup>. Inicialmente, de seu território, originou-se a Freguesia de Nossa Senhora da Guia dos Patos, na Ribeira das Espinharas, por ato de Dom Diogo de Jesus Jardim, Bispo de Pernambuco, de 10 de julho de 1788<sup>33</sup>. Aliás, é no ano de 1788 que podemos vislumbrar, tendo em vista o que a documentação colonial nos aponta, os limites dessa freguesia, entendida enquanto cartografia do poder eclesiástico na América Portuguesa. Até esse ano, a freguesia era constituída de uma matriz na sede (Matriz da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó), circundada por oito capelas: Nossa Senhora do Rosário (próxima ao Rio Seridó e à antiga Casa-Forte do Cuó), Nossa Senhora dos Aflitos (no Rio Piranhas, próxima à Povoação do Jardim), Nossa Senhora do Ó (no Rio das Espinharas, próxima à Povoação da Serra Negra), Nossa Senhora da Guia (na Povoação dos Patos), Santa Luzia (na povoação de mesmo nome), Nossa Senhora da Guia (no Rio Acauã, próxima à Povoação do Acari), Nossa Senhora da Luz (na Ribeira do Quinturará, próxima à Povoação de Pedra Lavrada) e Nossa Senhora das Mercês (na Povoação da Serra do Cuité), que juntavam residências nos seus arredores, formando povoações que no futuro transformar-se-iam em cidades. Os desmembramentos se sucederam: em 1801, a vez da Serra do Cuité e limítrofes transformarem-se em freguesia, com o título e invocação a Nossa Senhora das Mercês<sup>34</sup>; em 1835, por seu turno, desmembrou-se da freguesia-mater do Caicó a de Nossa Senhora da Guia, do Acari, na Ribeira do Acauã<sup>35</sup>.

Importante anotarmos que, tendo a Igreja Católica papel crucial na organização do território colonial, a redução das terras sob jurisdição da Gloriosa Senhora Santa Ana não representavam apenas a diminuição da freguesia, mas, a reorganização das Capitanias do Norte –sobretudo a do Rio Grande e a da Paraíba–. Assim, “A fragmentação da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Anna implicou em um rearranjo da estrutura regional, com implicação na identificação de localidades. Ao vincular os nomes dos lugares aos das freguesias, a Igreja Católica semeava vestígios de identidade entre os homens e o espaço”<sup>36</sup>. Embora fragmentada, a Freguesia de Santa Ana concorreu para a construção dos contornos territoriais que, no futuro, iriam imprimir os sentidos de uma *região* chamada de *Seridó*. Isto porque

<sup>32</sup> MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência* (2004. p. 80).

<sup>33</sup> MONTEIRO, Eymard L’Eraistre. *Obra citada*, p. 41-2.

<sup>34</sup> PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba* (1977. p. 224-6).

<sup>35</sup> Conforme CASCUDO, Luís da Câmara. *Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*. (1972. p. 213), no decorrer do século XIX, a Freguesia de Santa Ana sofreria mais duas fragmentações, originando as de Nossa Senhora do Ó, da Serra negra (1858) e a de São Miguel (1874), do Jucurutu. Interessa-nos, nesse texto, discutir os desmembramentos que ocorreram até os anos 30 do século XIX.

<sup>36</sup> MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Obra citada*, p. 82.

particularmente no período colonial, a administração eclesiástica precedeu em muito as estruturas administrativas civis. Assim, tendo em vista as necessidades da catequese – pilar da colonização lusa – criar-se-iam, de forma precoce, as estruturas da paróquia e, somente bem mais tarde, chegariam os forais estruturadores das câmaras e vilas. [...] Desta forma, a administração pública, de cunho civil, confundia-se claramente com a estrutura administrativa da Igreja, onde a área de atuação dos párocos era bastante bem definida, impondo-se que as áreas de administração religiosa, fossem tomadas como unidades básicas da administração pública<sup>37</sup>.

Na Ribeira do Seridó essa situação não foi diferente. A demarcação da Freguesia de Santa Ana serviu de base para os limites territoriais da primeira unidade administrativa municipal da ribeira, a Vila Nova do Príncipe, criada em 1788<sup>38</sup>. A vila foi estabelecida sobre dois contornos, o da Freguesia de Santa Ana e o da Povoação do Seridó, abrangendo, portanto, glebas da Capitania do Rio Grande e da Paraíba. Por causa disso, querelas incessantes entre as autoridades políticas da Paraíba e do Rio Grande teriam lugar desde o final do Antigo Regime, prosseguindo pelo Império, em torno da posse do território da Ribeira do Seridó. Índios, brancos, negros e mestiços seriam as personagens que conviveriam no território marcado por essa (sempre presente) superposição de cartografias de poder. As questões territoriais envolvendo a incompreensão dos limites das duas capitanias citadas, advindas da expansão da fronteira pecuarística e da instalação de uma freguesia católica no sertão do Rio Grande, perdurariam até os anos 30 do século XIX. Nesse momento, a Ribeira do Seridó e de seus afluentes encontrava-se sob a proteção, na sua banda ocidental, da Senhora Santa Ana e, na oriental, da Virgem da Guia, oragos que representavam as duas maiores freguesias da porção centro-sul da Capitania do Rio Grande.

Desse modo, podemos afirmar que, no sertão da Capitania do Rio Grande, duas territorialidades se puseram em choque no decorrer do processo de Ocidentalização. Uma nativa, fluida, com fronteiras definidas pelos limites entre os grupos indígenas hostis e amigos, pelas linhas de demarcação das incursões das caçadas ou mesmo pelo ciclo anual de coleta de cada grupo<sup>39</sup>. Outra, a ocidental, cujos contornos eram definidos pelo índice de penetração ou da ocupação permanente no Novo Mundo, em grande parte medido pela instalação de diferentes níveis da administração lusitana e pela apropriação do território visando o aproveitamento econômico com a pecuária. As evidências que temos investigado até o momento em fontes como assentos de paróquia, inventários *post-mortem*, sesmarias e autos judiciais nos sugerem a hipótese de que do choque dessas duas territorialidades emergiu um território colonial e mestiço, com práticas sociais e culturais típicas do Antigo Regime<sup>40</sup>: o do Sertão do Seridó, onde a sobrevivência de um pequeno contingente indígena em meio a brancos, homens de cor e mestiços se deu em função do processo depopulativo da maioria dos nativos encontrados pelos colonizadores nas ribeiras que deitam suas águas para o Atlântico.

## Referências

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: EdUnb, 1982. p. 113-68.  
ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN/Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

<sup>37</sup> Conforme Francisco Carlos Teixeira da Silva & Maria Yedda L. Linhares. *Obra citada*.

<sup>38</sup> AUGUSTO, José. *Seridó* (1954. p. 11-2).

<sup>39</sup> Partimos da noção de *fronteira* problematizada por John Hemming. Os índios e a fronteira no Brasil Colonial. P. 423-69.

<sup>40</sup> Vide, a esse respeito, FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*.

- ANDRADE, Joel Carlos de Souza; ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. Do Paraíso às Chamas, das Chamas ao Paraíso (2004). *Mneme – Revista de Humanidades*, n. 10, v. 5, abr./jun. 2004, Dossiê História Cultural. Disponível em <<http://www.seol.com.br/mneme>>. Acesso em 03 de jan. 2005.
- AUGUSTO, José. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.
- BRAUDEL, Fernand. *O espaço e a história no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Outros 500: construindo uma nova história*. São Paulo: CIMI/Salesiana, 2001.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1972.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: \_\_\_\_\_. (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1998. p. 9-24.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRUZINSKI, Serge. “Um tocotín mestizo de español y mexicano...”: mestizajes barrocos en la ciudad de México. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*. Paris, CERMA, 2001b. p. 205-15.
- GRUZINSKI, Serge. Entre monos y centauros: los índios pintores y la cultura del Renacimiento. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*. Paris, CERMA, 2001b. p. 205-15.
- GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HEMMING, John. Os índios e a fronteira no Brasil Colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1999. v.2. p. 423-69.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro*, vol. XXXIV, Lisboa, Paris, dez.1995.
- LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado; Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003 (Col. Mossoroense, série C, v. 1379).
- MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. *Caicó: subsidios para a historia completa do municipio*. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005.
- MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*. 2004. 448p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.
- NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- NOVAIS, Fernando. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil 1: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 14-39.
- O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Edunesp, 1992.



- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: \_\_\_\_ (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.
- PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba*, v. 1. 2.ed. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1977 (Col. Documentos Paraibanos, v. 3, ed. fac-similar).
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. 1998. 200p. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo.

b a